



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM  
Gabinete  
Núcleo de Autos de Infração



PROCESSO Nº 49/1984/019/2011

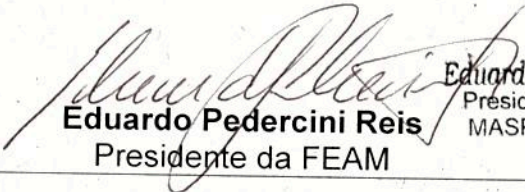
AUTO DE INFRAÇÃO nº 67121/2010

AUTUADOS: AVG MINERAÇÃO S.A.

O Presidente da FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM, nos termos do art. 16-C § 1º da Lei nº 7.772 de 8 de setembro de 1980, e tendo em vista o Parecer Jurídico, decide manter a penalidade de multa simples no valor de R\$ 350.000,33 (trezentos e cinquenta mil e trinta e três centavos), em consonância com o art. 83, anexo I, código 116, do Decreto nº 44.844/2008.

Notifique-se o autuado da decisão administrativa e do prazo de 30 (trinta) dias para apresentar Recurso ou efetuar pagamento, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado. Dê ciência ao interessado na forma da lei. Em seguida devem ser observados os trâmites processuais.

Belo Horizonte 21 de Agosto de 2018.

  
**Eduardo Pedercini Reis**  
Presidente da FEAM

Eduardo Pedercini Reis  
Presidente da FEAM  
MASP 1 464.328-2



Belo Horizonte, 27 de setembro de 2018.

Ao  
Núcleo de Auto de Infração  
Gabinete  
Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável –  
SEMAD

Ref.: Recurso Administrativo – Auto de Infração nº 67121/2010 e Processo  
Administrativo COPAM/PA/Nº 49/1984/019/2011

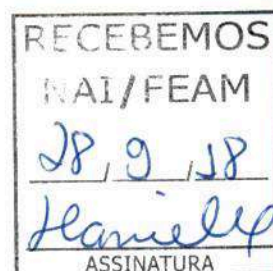
Senhor Diretor,


**MINERAÇÃO MORRO DO IPE S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no  
CNPJ-MF sob o nº 22.902.554/0001-17, com sede na cidade de Brumadinho/MG,  
na Rodovia Fernão Dias, BR 381, S/N, KM 463, Zona Rural, CEP 35.460-000, vem,  
perante V. Sa., por seus procuradores (DOC. 1), nos termos da Lei nº 7.772, de  
08.09.1980, bem como do Decreto nº 47.383, de 02.03.2018, encaminhar o  
presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, relativamente à decisão proferida nos  
autos do processo administrativo decorrente do Auto de Infração em epígrafe,  
pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

Nestes termos,  
Pede deferimento.

  
Ricardo Carneiro  
OAB/MG 62.391

Cecília Bicalho Fernandes  
OAB/MG 131.492



  
Rani de Sousa Wanderley Laborne  
OAB/MG 152.240



FEAM / NAI

**À CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL – CNR DO CONSELHO ESTADUAL DE  
POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM**

**MINERAÇÃO MORRO DO IPE S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 22.902.554/0001-17, com sede na cidade de Brumadinho/MG, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, S/N, KM 463, Zona Rural, CEP 35.460-000, vem, perante V. Exa., por seus procuradores (DOC. 1), nos termos do §2º do art. 16-C Lei nº 7.772, de 08.09.1980, introduzido pela Lei nº 15.972, de 12.01.2006, bem como do art. 66 e seguintes do Decreto nº 47.383, de 02.03.2018, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** relativamente ao Auto de Infração em epígrafe, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

RW

## **I – SÍNTESE DA AUTUAÇÃO**

- 1.1. Cuida-se de Auto de Infração nº 67121/2010 lavrado em 22.10.2010, o qual imputou à **AVG Mineração S.A.** penalidade de multa pecuniária no valor de R\$350.000,33 (trezentos e cinquenta mil reais e trinta e três centavos) pela suposta conduta de “descumprir deliberação normativa do COPAM Nº 117 de 2008, ao deixar de encaminhar eletronicamente o Inventário de Resíduos Sólidos Minerários, ano base 2009”.
- 1.2. Inconformada com a penalidade que lhe foi indevidamente imposta, a AVG Mineração, apresentou, em 02.12.2010, Defesa Administrativa, demonstrando que o AI lavrado padecia de nulidade decorrente de vício formal, pelo que deveria ser imediatamente cancelado. Demais disso, comprovou que a suposta infração que lhe foi imputada não ocorreu, de modo que a autuada encontrava-se plenamente regular, uma vez que o Inventário de Resíduos Sólidos da Atividade Minerária havia sido protocolado tempestivamente perante o órgão ambiental.
- 1.3. Após análise da Defesa, foi o processo encaminhado para elaboração de Parecer Jurídico, tendo o Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM proferido a Decisão objeto do Ofício nº 884/2017 NAI/GAB/FEAM/SISEMA (DOC. 2), endereçado à autuada, AVG Mineração, a qual seria notificada sobre a manutenção da penalidade de multa simples, tendo em vista o não acolhimento dos argumentos expendidos na peça defensiva.
- 1.4. Entretanto, o referido Ofício foi encaminhado ao atual endereço de correspondência de MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ S.A., que, por sua vez, apensar de não conhecer os termos da autuação, tomou conhecimento da decisão proferida pela FEAM.
- 1.5. Não obstante ser a **AVG Mineração S.A.** a endereçada/destinatária do Ofício em análise, teria sido também remetido aos cuidados da autuada um Documento de Arrecadação Estadual – DAE que apresenta débito inscrito em nome da **Mineração Morro do Ipê S.A.**, no valor de R\$938.674,46 (novecentos e trinta e oito mil reais, seiscentos e setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).
- 1.6. De fato, a AVG Mineração S.A. foi incorporada e sucedida pela MMX Sudeste Mineração S.A.. Posteriormente, foi realizado processo de aquisição, sob a modalidade de *Unidade de Produção Independente (ou Isolada)* – UPI, no âmbito do processo de recuperação judicial, de parte dos ativos da MMX Sudeste Mineração S.A. pela MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ.

- 1.7. Em decorrência da operação realizada, foi solicitada a transferência, para a Mineração Morro do Ipê, de processos ambientais relativos aos empreendimentos Mina Ipê e Tico-tico de titularidade da MMX, listados abaixo:

NÚMERO NOVO	NÚMERO ANTIGO	ATIVIDADE
<b>Mina do Ipê</b>		
37478/2016/013/2017	00049/1984/020/2011	PILHAS DE REJEITO / ESTÉRIL
37478/2016/014/2017	00049/1984/015/2008	LAVRA A CÉU ABERTO COM TRATAMENTO A UMIDO - MINÉRIO DE FERRO, UNIDADE DE TRATAMENTO DE MINERAIS
37478/2016/016/2017	00049/1984/016/2008	LAVRA A CÉU ABERTO COM TRATAMENTO A ÚMIDO - MINÉRIO DE FERRO
37478/2016/023/2017	00049/1984/031/2015	LAVRA A CÉU ABERTO COM OU SEM TRATAMENTO A SECO- MINÉRIO DE FERRO, UNIDADE DE TRATAMENTO DE MINERAIS - UTM
37478/2016/026/2017	00049/1984/024/2012	UNIDADE DE TRATAMENTO DE MINERAIS UTM
37478/2016/009/2017	02194/2004/007/2005	LAVRA DE MINÉRIO DE FERRO
37478/2016/012/2017	02194/2004/009/2009	LAVRA A CÉU ABERTO SEM TRATAMENTO OU COM TRATAMENTO A SECO MINERAIS METÁLICOS
37478/2016/020/2017	02194/2004/015/2014	TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS.
37478/2016/024/2017	02194/2004/016/2015	LAVRA A CÉU ABERTO COM OU SEM TRATAMENTO A SECO MINÉRIO DE FERRO
37478/2016/027/2017	02194/2004/012/2012	LAVRA A CÉU ABERTO COM TRATAMENTO A ÚMIDO MINÉRIO DE FERRO
<b>Mina Tico Tico</b>		
37478/2016/003/2017	00886/2003/011/2007	BARRAGEM DE CONTENÇÃO DE REJEITOS
37478/2016/004/2017	00886/2003/015/2008	LAVRA A CÉU ABERTO COM TRATAMENTO A ÚMIDO - MINÉRIO DE FERRO
37478/2016/006/2017	00886/2003/030/2013	BARRAGEM DE CONTENÇÃO DE REJEITOS / RESÍDUOS, ÁREA DE DISPOSIÇÃO DE MATERIAL EXCEDENTE (ADME)
37478/2016/007/2017	00886/2003/017/2010	PILHAS DE REJEITO / ESTÉRIL
37478/2016/008/2017	00886/2003/006/2004	MINÉRIO DE FERRO - BENEFICIAMENTO
37478/2016/010/2017	00886/2003/012/2007	LAVRA A CÉU ABERTO COM TRATAMENTO A ÚMIDO - MINÉRIO

		DE FERRO, UNIDADE DE TRATAMENTO DE MINERAIS
37478/2016/011/2017	00886/2003/035/2014	ATERRO E/OU ÁREA DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS CLASSE A DA CONSTRUÇÃO CIVIL, E/OU ÁREAS DE TRIAGEM, BARRAGEM DE CONTENÇÃO DE REJEITOS / RESÍDUOS
37478/2016/017/2017	00886/2003/016/2010	LAVRA A CÉU ABERTO COM TRATAMENTO A ÚMIDO MINÉRIO DE FERRO
37478/2016/019/2017	00886/2003/027/2012	ESTRADAS PARA TRANSPORTE DE MINÉRIO/ESTÉRIL, LAVRA A CÉU ABERTO COM TRATAMENTO A ÚMIDO - MINÉRIO DE FERRO, OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA (PÁTIOS DE RESÍDUOS E PRODUTOS E OFICINAS, PILHAS DE REJEITO / ESTÉRIL, ESTOCAGEM E/OU COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS QUÍMICOS EM GERAL, INCLUSIVE FOGO
37478/2016/021/2017	00886/2003/026/2012	BARRAGEM DE CONTENÇÃO DE REJEITOS / RESÍDUOS, UNIDADE DE TRATAMENTO DE MINERAIS UTM, LAVRA A CÉU ABERTO COM TRATAMENTO A ÚMIDO MINÉRIO DE FERRO
37478/2016/022/2017	00886/2003/021/2011	UNIDADE DE TRATAMENTO DE MINERAIS UTM, LAVRA A CÉU ABERTO COM TRATAMENTO A ÚMIDO MINÉRIO DE FERRO
37478/2016/025/2017	00886/2003/034/2014	LAVRA A CÉU ABERTO COM TRATAMENTO A ÚMIDO MINÉRIO DE FERRO, UNIDADE DE TRATAMENTO DE MINERAIS, BARRAGEM DE CONTENÇÃO DE REJEITOS / RESÍDUOS

- 1.8. Todavia, apesar de cada solicitação protocolada indicar o número do processo administrativo objeto do pedido de transferência, entendeu, a respectiva Diretoria da Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM Central Metropolitana, por transferir todos os procedimentos cadastrados em nome da MMX para a MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ, incluindo aqueles relacionados aos Autos de Infração lavrados pelos órgãos e entidades do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA/MG.
- 1.9. Certamente, devido à migração realizada de forma indistinta de todos os processos, aliado ao fato de que os agentes do órgão ambiental deixaram

pu

de considerar que não houve sucessão empresarial que fizesse desaparecer a personalidade jurídica da MMX ou da AVG Mineração S.A., a MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ foi indevidamente incluída como titular e devedora do débito consubstanciado no Documento de Arrecadação Estadual – DAE emitido em decorrência da multa imposta no Auto de Infração nº 67121.

- 1.10. Portanto, inconformada com o ocorrido, e apesar de não ser a autuada ou destinatária do ofício emitido sobre o julgamento da Defesa apresentada pela AVG, vem a MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ apresentar o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, pelos motivos a seguir detalhados.

## **II – DA TEMPESTIVIDADE E ADEQUAÇÃO DA PRESENTE PEÇA**

- 2.1. De início, cumpre demonstrar a tempestividade da presente peça recursal, a qual é oferecida em conformidade com o prazo consignado no art. 66 do Decreto nº 47.383/2018, tendo em vista que a MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ tomou ciência da decisão ora combatida no dia 04.09.2018 (terça-feira), conforme comprovante de rastreamento de correios anexo (DOC.3).
- 2.2. Dessa forma, deve-se ter em mente que, segundo a regra geral, computam-se os prazos excluindo o dia do começo e incluindo o do final, sendo, em ambas as hipóteses, prorrogados até o próximo dia útil seguinte se o termo inaugural ou o derradeiro recair em feriado ou em data que não houver funcionamento no órgão público responsável pela autuação.
- 2.3. Destarte, no caso em exame, considera-se o dia 05.09.2018 (quarta-feira) como sendo o termo inicial, o qual deverá estender-se até **04.10.2018** (quinta-feira), em face do interregno de 30 (trinta) dias para que a MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ se manifeste.
- 2.4. Em atenção às alterações estruturais implementadas recentemente no âmbito do SISEMA, encaminha-se o Recurso ao Núcleo de Auto de Infração da Fundação Estadual do Meio Ambiente, nos termos do art. 12 do Decreto nº 47.347, de 24.01.2018, à qual compete *“processar e analisar os processos administrativos decorrentes dos autos de infração lavrados no âmbito da competência originária do poder de polícia da FEAM”*.
- 2.5. Nesta linha, foi a peça direcionada à Câmara Normativa e Recursal - CNR do COPAM, nos termos do art. 8º, inciso II, alínea “c” do Decreto nº 46.953, de 23.02.2016 — que dispõe sobre a organização do COPAM — à qual compete *“decidir, em grau de recurso, sobre aplicação de penalidades pela prática de infração à legislação ambiental, nos casos em que o ilícito for cometido por empreendimento ou atividade de grande porte e causar dano ou perigo de dano à saúde pública, à vida humana, ao bem-estar da*

*população ou aos recursos econômicos do Estado, conforme regra a ser estabelecida em regulamento”.*

- 2.6. Lembre-se, ademais, que a presente peça, além de conter a autoridade administrativa a que se dirige, contempla: identificação completa do recorrente; número do auto de infração correspondente; o endereço do autuado com indicação do local para o recebimento de notificações, intimações e comunicações; formulação do pedido, com exposição dos fatos e seus fundamentos; e a data e assinatura dos procuradores da empresa, e o **comprovante de recolhimento integral da taxa de expediente** (DOC.4) conforme requisitos do art. 66 e 68 do Decreto nº 47.383/2018.
- 2.7. Registre-se, quanto a este ponto, que em 03.03.2018, foi publicado o Decreto Estadual nº 47.383, de 02.03.2018, já mencionado na presente peça, o qual estabelece normas para licenciamento ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos, bem assim estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades no Estado de Minas Gerais, revogando, entre outros, o Decreto nº 44.844/2008, com base no qual o AI ora combatido foi lavrado.
- 2.8. Nesse sentido, nada obstante as novas normas concernentes ao processo administrativo decorrente da lavratura de Autos de Infração entrarem em vigor de imediato, nos termos do art. 146 do Decreto nº 47.383/2018, não se pode olvidar que, tendo sido os supostos fatos objeto do AI nº 67121/2010 ocorrido na vigência do antigo diploma, foi o presente recurso elaborado com base na conduta descrita no Auto de Infração, certo que o AI imputou à AGV Mineração S.A., na época, conduta infracional tipificada naquele diploma normativo.
- 2.9. Considerando o acima exposto, requer seja o presente Recurso conhecido, para posterior instrução do processo com prova das alegações trazidas e consequente prolação de decisão fundamentada pela autoridade julgadora competente.

**III – DA ILEGITIMIDADE PASSIVA DA RECORRENTE E DA NÃO OBSERVÂNCIA AOS REQUISITOS PARA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

- 3.1. Trata-se de Auto de Infração lavrado pela Diretoria de Qualidade e Gestão Ambiental decorrente do não preenchimento do Inventário de Resíduos Sólidos Minerários pela AVG Mineração, de forma que o empreendimento, segundo a FEAM, descumpriu a Deliberação Normativa COPAM Nº 177/2008.
- 3.2. De fato, conforme relatado acima, a MINERAÇÃO DO IPÊ assumiu a titularidade de uma série de processos de licenciamentos ambientais de titularidade da MMX Sudeste Mineração S.A. — sucessora total da AVG Mineração. Todavia, a operação, qual seja, venda de “Unidade Produtivas Isoladas - UPI”, não consiste em sucessão empresarial que fizesse desaparecer a personalidade jurídica da MMX ou da AVG.
- 3.3. A operação realizada entre a MMX e a MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ está relacionada a um tipo de medida que visa a alavancagem da primeira empresa, quando o plano de recuperação aprovado assim o permitir, como prevê a Lei nº 11.101, de 09.02.2005:

*“Art. 60. Se o plano de recuperação judicial aprovado envolver alienação judicial de filiais ou de unidades produtivas isoladas do devedor, o juiz ordenará a sua realização, observado o disposto no art. 142 desta lei.”*

*Parágrafo único. O objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária, observado o disposto no § 1º do art. 141 desta lei”.*

- 3.4. Tal conduta visa facilitar, e até mesmo viabilizar, a captação de recursos pela empresa em recuperação, mediante liberação de obrigações e ônus da UPI adquirida, justamente por não acarretar a sucessão de débitos atrelados à unidade arrematada. Da mesma forma, fica clara a intenção do legislador ao prever a possibilidade da alienação dessas unidades produtivas por empresas, cujo objetivo seja a recuperação econômica-financeira.
- 3.5. Em relação a tal entendimento, é possível observar que a jurisprudência tem se posicionado, nas decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, no sentido de afastar a sucessão do adquirente de UPIs em obrigações trabalhistas incorridas pela empresa alienante:

*“I- AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ALIENAÇÃO DE UNIDADE PRODUTIVA ISOLADA.*

pu

**SUCESSÃO NAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 60, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 11.101/05.**

1. Fato incontroverso, a agravante adquiriu a unidade produtiva pertencente à primitiva empregadora, ora em recuperação judicial.

2. A jurisprudência deste Tribunal Superior, na esteira do entendimento adotado pelo e. STF, vem se orientando no sentido de que a decisão judicial que reconhece a sucessão de empregadores, como resultante da aquisição de unidade produtiva isolada titulada por empresa em recuperação judicial, viola o artigo 60, parágrafo único, da Lei 11.101/05, que declara que, em tais casos, não haverá sucessão nas obrigações do devedor. [...]” (TST – RR: 13867820125040561, Data de Julgamento: 12.08.2015, Data de Publicação: DEJT 18.08.2015)

- 3.6. Assim, a formação e posterior alienação de UPIs, como medidas recuperatórias previstas em plano de recuperação judicial, devidamente aprovado pelos credores, serão isentas de responsabilidade sucessória, o que, de forma clara, afasta a responsabilidade da MIMENRAÇÃO MORRO DO IPÊ em relação ao débito consubstanciado em Auto de Infração lavrado antes da operação de venda das UPIs.
- 3.7. Nem poderia ser diferente já que a imposição de penalidades da seara administrativa, inversamente ao resultado reparatório derivado da responsabilidade civil, não se baseia na ideia do risco da atividade, e sim – tanto quanto na responsabilidade penal – na conduta praticada pelo agente econômico, por meio de seus respectivos representantes ou prepostos.
- 3.8. Nesta linha, cabe elucidar que quem infringe a legislação ou viola bens, valores e interesses jurídicos por ela tutelados não é a atividade ou o estabelecimento – os quais constituem apenas as formas de organização e mobilização dos fatos produtivos. A infração administrativa é atribuível a um agente, a uma pessoa, natural ou jurídica, em cuja ação ou omissão reside, em última hipótese, a vontade, o *animus* de agir contrariamente à norma, ainda que culposamente.
- 3.9. Tal entendimento decorre, em verdade, do caráter estritamente subjetivo da responsabilidade administrativa em matéria ambiental, pressupondo, *ipso facto*, a aferição da culpabilidade, ou seja, da ocorrência de conduta dolosa ou ao menos culposa por parte do agente autuado.<sup>1</sup>
- 3.10. Para EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR:

*“Somos pela impossibilidade de responsabilidade objetiva nas infrações administrativas. Há necessidade de se demonstrar que a ação antijurídica adveio de culpabilidade. O que se faculta ao*

<sup>1</sup> Ver FERREIRA, Daniel. *Sanções administrativas*. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 63-66.

*legislador e, mesmo assim, desde que seja expresso, é dispensar o dolo, contentando-se com a culpa em sentido estrito".<sup>2</sup>*

3.11. E continua o mesmo autor:

*"... forçoso inferir pela adoção, na província do ilícito administrativo, do princípio da culpabilidade, cujo primeiro reflexo está no alijamento da ideia de responsabilidade objetiva. Mister que a conduta punível seja imputável ao seu autor pelo menos a título de culpa em sentido estrito, nada impedindo que o legislador, desde que o faça expressamente, reclame, em algumas situações especiais, o dolo. O que se afigura intolerável é a infligção de pena pela mera realização do fato típico. O princípio constitucional da individualização da pena (art. 5º, XLVI, CF), extensível à seara administrativa, não permite outra saída."<sup>3</sup>*

3.12. Assim também FÁBIO MEDINA OSÓRIO, para quem se perfaz como plenamente sustentável a exigência da culpabilidade em nosso ordenamento constitucional, como requisito inarredável para a imposição de sanções na esfera administrativa.<sup>4</sup>

3.13. Note-se, nesse propósito, que a responsabilidade em direito é, em regra, sempre subjetiva, não correspondendo ao ideal de justiça, em princípio, a imposição de qualquer sorte de consequência sancionatória sem que o agente tenha praticado ou concorrido voluntariamente para a consecução da conduta antijurídica. Como anota EDUARDO FORTUNATO BIM, apenas o que decorre da vontade humana pode sujeitar-se a um juízo de reprovabilidade, não sendo possível punir-se alguém que não tinha condições de saber o que estava fazendo ou, mesmo sabendo, não podia, nas circunstâncias, se comportar de maneira diversa.<sup>5</sup>

3.14. No caso da responsabilidade administrativa ambiental, bem ao contrário da responsabilidade de natureza civil consagrada no art. 14, § 1º da Lei nº 6.938/1981, não só inexistente qualquer ressalva legal, quanto, pelo contrário, o caráter subjetivo é expressamente reafirmado pela própria Constituição da República e pela legislação federal.

3.15. Destarte, a culpabilidade é reclamada como princípio ensejador de responsabilidade no próprio art. 225, § 3º da CR/1988, ao se referir às "...condutas e atividades lesivas ao meio ambiente...".

<sup>2</sup> NOBRE JÚNIOR. op., cit., p. 141.

<sup>3</sup> NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. *O princípio da boa-fé e sua aplicação no direito administrativo brasileiro*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002, p. 282.

<sup>4</sup> OSÓRIO. Fábio Medina. *Direito administrativo sancionador*. São Paulo: RT, 2000, p. 312-6.

<sup>5</sup> BIM, Eduardo Fortunato. A inconstitucionalidade da responsabilidade objetiva no direito tributário sancionador. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 224, p. 231, abr./jun. 2001.

- 3.16. De outro lado, esse mesmo requisito também se faz presente no art. 3º da Lei nº 9.605/1998, no qual o elemento subjetivo — “*decisão do representante legal ou contratual, ou do órgão colegiado no interesse ou benefício da entidade*” — está previsto não só para a responsabilidade penal, mas também para a responsabilidade administrativa da pessoa jurídica.
- 3.17. Mais ainda, o art. 70 dessa Lei define infração administrativa ambiental a partir da externalização da conduta do agente, expressa através das palavras *ação* e *omissão*. Já no art. 72, § 3º, incisos I e II da mesma *Lei de Crimes Ambientais* c/c o art. 3º, § 2º do Decreto nº 6.514/2008, as condições de aplicabilidade da multa simples se fazem presentes quando o agente, por *negligência* ou *dolo*, advertido por irregularidades que tenham sido por ele praticadas, deixar de saná-las no prazo que lhe for assinalado, ou mesmo quando opuser embaraço à fiscalização por parte do órgão ambiental competente.
- 3.18. Com efeito, o fundamento último da culpa é a vontade humana, inexistindo, pois, qualquer distinção entre a vontade que gera responsabilidade civil, penal ou administrativa.<sup>6</sup> Em essência, a culpa é a mesma, de modo que entre essas três modalidades de ilicitude reside apenas uma diferença quanto à finalidade da consequência jurídica,<sup>7</sup> ou seja, respectivamente compensatória e reparatória, punitivo-expiatória e punitivo-preventiva.
- 3.19. Com propriedade observa FÁBIO MEDINA OSÓRIO:

**“A pena somente pode ser imposta ao autor da infração penal. A norma deve acompanhar o fato. Igual exigência acompanha o Direito Administrativo Sancionatório. Incabível responsabilidade objetiva, eis uma das consequências do princípio da pessoalidade da sanção administrativa.”**

.....  
O princípio da pessoalidade da pena, de natureza constitucional, se estende, em tese, ao Direito Administrativo Sancionatório e é um desdobramento do princípio da culpabilidade.”<sup>8</sup> (destacamos)

- 3.20. Infere-se, pois, que a infração administrativa ambiental pressupõe a existência de um comportamento típico e antijurídico por parte do agente,

<sup>6</sup> Cf. COSTA NETO. Nicolao Dino de Castro e, BELLO FILHO, Ney de Barros, COSTA, Flávio Dino de Castro. *Crimes e infrações administrativas ambientais (Lei nº 9.605/98)*. Brasília: Brasília Jurídica, 2000, p. 54.

<sup>7</sup> Cf. COSTA NETO, BELLO FILHO e COSTA. op. cit., p. 54. Ver também AZEVEDO, Tupinambá Pinto de. Pessoa jurídica: ação penal e processo na lei ambiental. *Revista de Direito Ambiental*, n. 12, p. 108, out./dez. 1998.

<sup>8</sup> OSÓRIO, ob. cit., p. 338-9.

sendo a função da sanção puni-lo pelo ato, alertando-o para a não reincidência. Ou seja, a responsabilidade administrativa sancionatória é penalidade com vistas a desestimular a prática de ilícito, razão pela qual deve ser direcionada àquele que a praticou.

- 3.21. Assim sendo, apresenta-se como descabida qualquer sorte de imposição sancionatória com caráter objetivo, sendo certo que no direito administrativo sancionador, tanto quanto no direito penal, o resultado de que depende a existência da infração somente pode ser imputado a quem lhe tenha dado causa por ação ou omissão sua.
- 3.22. Não se desconhece, nesse propósito, que o art. 109 da Lei Estadual nº 20.922, de 16.10.2013 amplia as hipóteses de responsabilização, abrangendo *“os autores, sejam eles diretos, representantes legais ou contratuais, ou sobre quem concorra para a prática da infração ou para obter vantagem dela”*. Tal regra de extensão sancionatória, porém, não prescinde da inafastável aferição da culpabilidade de cada qual dos agentes envolvidos, alinhando-se, nesse pormenor, ao disposto no art. 3º da Lei Federal nº 9.605, de 12.02.1998, que faz depender a responsabilidade da pessoa jurídica de decisão do representante legal ou contratual, ou do órgão colegiado no interesse ou benefício da entidade, a pressupor, destarte, o dolo específico e o ânimo de infringir o comando proibitivo inserto nas normas ambientais de regência.
- 3.23. Disso resulta que não basta a simples verificação de um efeito ou resultado proibido pelo ordenamento jurídico para que seja válida a punição de um agente, pessoa física ou jurídica.
- 3.24. Faz-se também necessário que o órgão fiscalizador proceda, previamente à imputação da conduta irregular ao administrado, a uma minuciosa investigação no intuito de constatar ou não a presença dos diversos elementos capazes de sedimentar o exercício da pretensão punitiva, evitando-se, com isso, sua persecução desnecessária ou irrazoável.
- 3.25. Assim é no direito criminal, que impõe à autoridade policial e ao Ministério Público — em regra titular da ação — a averiguação prévia de circunstâncias como, dentre outras, a materialidade da ação, o local em que ocorreu, o agente responsável e os motivos que o levaram à suposta prática delitiva; ou seja, dos diversos fatores que possam permitir uma delimitação precisa dos elementos caracterizadores de uma ação penalmente reprovável, valendo sempre lembrar que uma conduta só é punível quando presentes os pressupostos da tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade.

- 3.26. No campo administrativo, por igual forma, a mera constatação de um resultado infracional não basta para que um determinado fato ou conduta seja passível de repressão, não sendo facultado ao Poder Público iniciar o procedimento sancionatório sem antes verificar os dados e elementos mínimos necessários não só para determinar a subsunção do evento à hipótese normativa típica, mas também aqueles essenciais para caracterizar os demais aspectos a serem apreciados pela autoridade competente, como, dentre outros, a relação de causalidade entre o resultado verificado e o comportamento do acusado, sua **culpabilidade**, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes porventura existentes.
- 3.27. Por sua vez, ainda que se pudesse entender que a imputação de infrações administrativas por condutas danosas ao meio ambiente prescinde do elemento subjetivo (dolo ou culpa), é necessária a demonstração da efetiva *ação* ou *omissão* e do nexo causal em relação ao suposto dano.
- 3.28. Não se pode deslembrar que a lavratura de um auto de infração traz sérias e graves implicações ao autuado, como a imposição imediata de multa pecuniária (em regra vultosa), embargo, interdição, apreensão, dentre outras medidas, conforme o caso.
- 3.29. Dada a natureza jurídica da infração administrativa, a apuração desse fato deve ser absolutamente criteriosa, notadamente em relação à *autoria da ilicitude*, exigindo-se dos órgãos ambientais a indispensável comprovação do agente causador do dano, porquanto **se mostra demasiadamente injurídico impor a indivíduo alheio ao fato a obrigação de responder a processo ao qual não deu causa.**
- 3.30. **Importante frisar que a conduta deve ser empreendida pelo suposto agente infrator, com demonstração de seu elemento subjetivo, bem assim do nexo de causalidade entre a conduta e o dano.**
- 3.31. Isso leva a crer que a autoria, por si só, é capaz de romper o liame de causalidade da infração administrativa, pois, para sua configuração, é imprescindível a pessoalidade, ou seja, a efetiva participação do acusado na ofensa ambiental.
- 3.32. A respeito da matéria, confira-se a doutrina de ÉDIS MILARÉ:

**“É certo, portanto, que a responsabilização administrativa, ao contrário do que ocorre na esfera civil e analogamente ao que se dá em âmbito penal (igualmente de índole repressiva), é absolutamente pessoal, não podendo o órgão administrativo punir uma pessoa pelo evento danoso causado por outra. Da mesma forma, na hipótese de pessoa jurídica, não responde o**

rw

*funcionário, mas sim a entidade em nome e em benefício de quem a infração tenha sido cometida.*<sup>9</sup> (destacamos)

3.33. E continua:

**“A responsabilidade administrativa pode ser afastada, regra geral, quando se configurar uma hipótese de força maior, caso fortuito ou fato de terceiro.**

**Ora, em situações tais, a Administração Pública somente pode penalizar o potencial infrator quando ele contribui, ainda que indiretamente, para a ocorrência da infração.**<sup>10</sup> (destacamos)

3.34. De tal sorte, ausente o comportamento voluntário, comissivo ou omissivo por parte de um agente determinado, não se há de falar em nexo de causalidade e, por conseguinte, em conduta punível.

3.35. Portanto, no caso em análise resta indubitável a conclusão no sentido de que não caberia ao órgão ambiental imputar qualquer sorte de multa à MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ, sendo certo que a conduta objeto do auto de infração, se procedente, foi levada à consecução pela AVG Mineração, a qual foi incorporação e sucedida pela MMX, que, por sua vez, não deixou de existir ou ter personalidade, a partir da venda de “Unidade Produtivas Isoladas - UPI”.

3.36. Com efeito, é o presente para requerer a desconstituição do DAE em nome da MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ S.A., a qual não deve, em absoluto, constar como autuada ou titular do processo instaurado em decorrência da lavratura de Auto de Infração em nome da AVG Mineração S.A., que foi sucedida pela MMX Sudeste Mineração S.A.

#### **IV – DOS PEDIDOS:**

4.1. À vista de todo o exposto, requer seja o presente recurso conhecido para restituição do valor pago a título de Taxa de Expediente, sendo imperioso, no presente caso:

- a) O cancelamento do DAE emitido em nome da MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ S.A., a qual não deve, em absoluto, constar como autuada ou titular do processo instaurado em decorrência da lavratura de Auto de Infração em nome da AVG Mineração S.A., que, por sua vez, foi sucedida pela MMX Sudeste Mineração S.A.;

<sup>9</sup> MILARÉ, Édis. *Direito do ambiente*. 7. ed. São Paulo: RT, 2011, p. 1150.

<sup>10</sup> MILARÉ, Édis. *Op. Cit.*, p.1155/1156.


- b) seja a decisão encaminhada ao conhecimento da empresa atuada, com a devolução do prazo para Recurso, sendo certo não competir à MINERAÇÃO MORRO DO IPÊ S.A. refutar os fatos objeto da Decisão aqui recorrida;

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 27 de setembro de 2018.

  
Ricardo Carneiro  
OAB/MG 62.391

Cecília Bicalho Fernandes  
OAB/MG 131.492

  
Rani de Sousa Wanderley Laborne  
OAB/MG 152.240